

Eça de Queirós, cônsul e escritor

José Calvet de Magalhães

«Olhava-nos com um monóculo que lhe estava sempre a cair e que ele, por isso, elevando as sobrancelhas e abrindo a boca em esgares sarcásticos, amiúde reentalava ao lacrimal do olho direito» (Batalha Reis). Eça no Álbum das Glórias de Rafael Bordalo Pinheiro, Julho, 1880.



MUITOS DIPLOMATAS PROFISSIONAIS FORAM igualmente escritores. Por outro lado, alguns consagrados escritores exerceram ocasionalmente funções diplomáticas como aconteceu, entre outros, com Garrett, Tomás Ribeiro, Pinheiro Chagas, Guerra Junqueiro e Teixeira Gomes. Entre os diplomatas-escritores foi decerto Eça de Queirós quem mais se distinguiu pela sua notável obra literária. O seu renome como escritor obscureceu, quase por completo, a sua função como cônsul de Portugal, que exerceu durante cerca de vinte e oito anos.

Apesar da sua notoriedade como escritor ele não desdenhou porém da sua qualidade de cônsul. Numa carta que dirigiu a Ramalho Ortigão, em 28 de Novembro de 1878, a propósito da infeliz ideia que teve de escrever um romance politicamente escandaloso para extrair algum dinheiro do governo, afirmava: «... *Eu produzo uma obra de arte, sendo cônsul e escritor...*». Aos seus colegas consulares ele escondia, todavia, a sua actividade literária. Já depois da sua morte, em 1901, António Feijó, diplomata e poeta, encontrou em Estocolmo um antigo cônsul sueco que fora colega de Eça em Newcastle, que lhe pediu notícias sobre ele. Chamava-se Conde de Bankow e disse a Feijó que tinha mantido uma grande intimidade com o seu colega português: viam-se todos os dias, comiam no mesmo restaurante, frequentavam as mesmas casas, davam juntos algumas fugidas a Londres e a Paris, tudo isto durante anos. Mas ignorava completamente que Eça era um escritor, e um escritor de renome, e recusava-se a acreditar que assim fosse, só se convencendo quando Feijó lhe mostrou um postal com a fotografia do monumento do Largo do Barão de Quintela.

São três os aspectos que podem ser abordados em relação à função consular exercida por Eça de Queirós: 1º. Qual o motivo que o

nacional, e Luís Resende convidou o seu amigo Eça de Queirós para o acompanhar numa viagem ao Cairo, por ocasião daquela inauguração, devendo depois seguirem ambos para uma visita de alguns dias à Terra Santa. Eça não dispunha de meios financeiros para custear integralmente aquela excursão, sobretudo na companhia de um grande senhor, habituado a viajar em luxuosos paquetes e a instalar-se em hotéis famosos. Não tenho dúvidas de que a viagem foi custeada sobretudo pelo conde que, de resto, era um mãos largas, não olhando a economias, o que, mais tarde, iria abalar fortemente a fortuna da família Resende.

De regresso desta memorável viagem, Eça surgiu em Lisboa aos amigos como um homem muito mudado, no seu aspecto e maneiras. Vestia-se agora como um verdadeiro janota, usando, em vez de lunetas, um monóculo entalado no olho direito, tal como o seu companheiro de viagem. A vida de turista, em estilo de grão-duque, que levara, na companhia de um verdadeiro *grand-seigneur*, havia-o transformado visivelmente e sobre essa transformação, que causou espanto aos seus companheiros de boémia literária, possuímos o testemunho de Batalha Reis, nas seguintes palavras: «*Trajava uma longa sobrecasaca aberta de cuja botoeira saía, com coloridos, um enorme ramo de flores; cobria-lhe o peito, em relevo, um plastron que nos pareceu imenso, sobre o qual se erguia um colarinho altíssimo, onde a custo a cabeça oscilava. Os punhos, que botões uniam pelo centro com uma corrente de ouro, encobriam grande parte das mãos metidas em luvas cor de palha. Vestia calças claras, arregaçadas alto, mostrando meias de seda preta com largas pintas amarelas como ouro e sapatos muito compridos, ingleses, de polimento. Tinha na cabeça um chapéu alto,*

de pêlo de seda brilhantíssimo. E olhava-nos com um monóculo que lhe estava sempre a cair e que ele, por isso, elevando as sobrancelhas e abrindo a boca em esgares sarcásticos, amiúde reentalava junto ao lacrimal do olho direito».

Ora esta viagem pelas paragens do Próximo Oriente, na companhia de um grande fidalgo, seu íntimo amigo, despertou-lhe certamente o desejo de novas viagens, de conhecer novas paragens, novos povos e novos costumes. No Cairo avistara entre outras personagens a bela imperatriz Eugénia, o imperador Francisco José da Áustria, o arqueólogo Mariette, o próprio Ferdinand de Lesseps e, sobretudo o grande Théophile Gautier, que ele viu no átrio do famoso Sheapheard's, o qual, nas suas palavras, «*com o seu rosto de Júpiter Olímpico, repousado e sereno, contraído de velhice e plácido de fadiga, parece cheio de uma tédio impassível*».

Eça regressou a Lisboa a 3 de Janeiro de 1870 e, logo em 22 de Junho desse ano, surgiu no *Diário do Governo* um anúncio abrindo um concurso para a admissão na carreira consular. Decidiu logo concorrer, juntamente com Batalha Reis, e para favorecer o resultado do concurso conseguiu, por influência do pai, ser nomeado administrador do Concelho de Leiria.

A carreira consular atraía-o naturalmente porque, além de lhe proporcionar conhecer o mundo, garantia-lhe um emprego estável que, dadas as suas características, lhe daria o lazer suficiente para se dedicar à sua paixão literária. Em quase todas as decisões importantes da sua vida se nota um certo pendor calculista e neste caso a sua opção tinha na verdade um sentido prático.

Eça de Queirós prestou provas de concurso em Setembro de 1870. O júri, reunido em 1 de Outubro, classificou-o em primeiro lugar. Havia na altura uma vaga de cônsul na Bahia

Eça em Havana.



mas o lugar foi preenchido pelo segundo classificado, Manuel Saldanha da Gama.

O mais significativo foi que o tempo foi passando e Eça não foi chamado a ocupar qualquer outra vaga que foi surgindo. Desiludido, dedicou-se com afinco às suas actividades literárias, particularmente à redacção das *Farpas*, em colaboração com Ramalho Ortigão, participando igualmente nas célebres Conferências do Casino, iniciadas em 22 de Maio de 1871, pronunciando em 12 de Junho a sua conferência sobre a «Literatura nova», que nas *Farpas* chamou «A afirmação do realismo como nova expressão de arte».

Era evidente que a discriminação de que era vítima em relação ao preenchimento das vagas consulares, a que tinha direito, provinha de razões políticas. A sua convivência íntima com Antero, Batalha Reis e outros *soit disant* revolucionários socialistas, tornavam-no indesejável aos olhos do governo presidido pelo marquês de Ávila, que ocupava também a pasta dos Negócios Estrangeiros, e que ordenara o encerramento das Conferências do Casino. Em Setembro desse ano de 1871 o governo caiu e formou-se um novo governo presidido agora por Fontes Pereira de Melo, ocupando a pasta dos Negócios Estrangeiros João de Andrade Corvo, um verdadeiro liberal e também homem de letras, amigo de Ramalho Ortigão e de Batalha Reis. Pouco depois, em Novembro, Eça publica uma *Farpa*, em forma de «Carta dirigida ao Leitor», expondo com profunda ironia e tom sarcástico a forma como fora até então preterido na sua admissão à função consular.

É uma longa exposição em que dá largas ao seu pendor humorístico e que aponta duas razões principais que levaram o anterior ministro a não o nomear cônsul: considerá-lo «*chefe do partido republicano em Portugal*» e ter proferido uma das condenadas Conferên-

cias do Casino. Sobre a primeira acusação, depois de, em tom chocarreiro, enumerar uma série de falsas suposições a seu respeito, acaba por rejeitar a acusação de revolucionário, afirmando: «*Não o sou, porque não tenho paciência para ser agitador; porque não tenho tempo; porque nos clubes há falta de ar; porque detesto os clubes, essa bastardia grotesca da decadência parlamentar; onde, segundo a frase admirável do meu mestre Proudhon, 'se fala como Cícero e se pensa como mr. de la Palisse'; porque não sou jacobino...*». Sobre a malfadada conferência em prol do realismo da arte, comenta: «*... Enfim, eu na minha conferência condenara a arte pela arte, o romantismo, a arte sensual e idealística – e apresentara a ideia de uma restauração literária, pela arte moral, pelo realismo, pela arte experimental e racional. 'O quê?, pensava eu, será por isto que os srs. ministros me julgam um inimigo da ordem? Julgarão eles que o fim do realismo é declarar em greve os fabricantes de Oeiras? Pensarão eles, por acaso, que a ocupação logicamente favorita de um crítico de arte é queimar a casa da Câmara? Estarão eles na ideia de que foi Boileau que matou Henrique IV? Suporão eles que o fim exclusivo da Internacional é extinguir o romantismo? Viverão eles na crença que os esforços dos 17.000.000 operários filiados na Internacional convergem para esse fim: serem desagradáveis a la Martine? Ó miseros! Porque enfim, se eu não posso ser cônsul por ter feito uma conferência, se essa conferência foi a condenação do romantismo, segue-se que eu não posso ser cônsul por ter condenado o romantismo!! Ora, realmente, eu não sabia que para ser cônsul era necessário ser romântico! Eu não vira entre as habilitações que o programa requeria esta: 'Certidão do regedor de que o concorrente recita todas as noites, ao luar; o Noivado do Sepúlcro, do Malogrado Soares dos Passos'. Eu não sabia*

disto! Porque então também declaro à secretaria dos estrangeiros: perdeu os dois cônsules que melhor lhe podiam convir: Antony e Werther. Ah! agora vejo, infeliz realismo, que me obstrues a carreira! Ai! para ir ser cônsul para Pernambuco, que tivera o coração de Romeu!».

E termina a sua mordaz exposição com a seguinte advertência ao leitor: «*Querido Leitor: nunca penses em servir o teu país com a tua inteligência, e para isso em estudar, em trabalhar, em pensar! Não estudes, corrompe! Não sejas digno, sê hábil! E, sobretudo, nunca faças um concurso; ou quando o fizeres, em lugar de pôr no papel que está diante de ti o resultado de um ano de trabalho, de estudo, escreve simplesmente: sou influente no círculo tal e não mo façam repetir duas vezes!».*

Decorridos apenas quatro meses sobre a publicação desta *Farpa*, em 16 de Março de 1872, Eça de Queirós foi nomeado cônsul de Portugal em Havana. Foi esta nomeação devida apenas à acutilância da sua *Farpa* ou, também, à influência de Ramalho Ortigão e de Batalha Reis junto de Andrade Corvo ou, ainda, ao conhecido espírito de justiça do ministro ou, mais ainda, ao conjunto de todos estes factores? Esta é uma matéria para conjecturar. É no entanto bastante significativo que, mais tarde, em 1890, quando Eça publicou em volume a colectânea das *Farpas* de sua autoria, com o título *Uma Campanha Alegre*, esta «Farpa» foi omitida. Ele certamente não queria então que se pensasse que a sua nomeação fora «arrancada» ao ministro, que ele admirava, pela sua diatribe.

Deve-se assinalar ainda que a forma como o decreto de nomeação de Eça foi redigido constituiu uma inequívoca reparação à injustiça de que fora vítima, o que atesta a intenção do ministro de fazer justiça. À consagrada expressão «*atendendo ao merecimento e mais partes que concorrem na pessoa*



Eça e Emília de Resende em 1885.

e, arbitrariamente, demorava ou negava tais informações. Os emigrantes posteriores à data indicada de 1861, findos os oito anos dos contratos, ou aceitavam renovar os mesmos ou teriam que abandonar a ilha. Para uns e outros a situação era de quase escravatura pois, findos os contratos, enquanto aguardavam a definição da sua situação, eram colocados em grandes barracões, sendo obrigados a trabalhar nas obras municipais sem qualquer remuneração. Mesmo aqueles que conseguiam obter as cédulas do consulado português, as autoridades locais por vezes caçavam-lhes o documento com o pretexto de ser falso.

Durante os primeiros cinco meses em que Eça se conservou em Havana (de Janeiro a Maio de 1873) os seus esforços para melhorar

a situação dos chineses produziram bastantes resultados, conseguindo regularizar a situação de um grande número desses emigrantes. Mais tarde, em 28 de Novembro de 1878, lembrando a Ramalho Ortigão a sua acção em favor dos *culis* chineses, escrevia: «*Na Havana, era apenas pago pelos chins, pelos serviços que lhes fazia: pagaram-me bem, honra seja feita aos chins, e deram-me uma bengala de castão de ouro! É verdade que eu, pelo menos por alguns anos futuros, garanti-lhes mais pão e menos chicote*».

Aproximando-se o verão e com o terror que sentia ao tempo quente e húmido, solicitou uma licença, partindo em 30 de Maio com destino aos Estados Unidos. Além das razões de saúde, havia também razões sentimentais para estas suas férias americanas, seguindo



Em princípios de 1888, Eça instala-se em Londres, no número 23 de Padbroke Gardens, em Nottinghill.

na peugada de uma jovem americana que conheceu em Havana. Depois de uma longa ausência de cinco meses e meio, regressou a Havana em 15 de Novembro, prossequindo na sua tarefa de protecção aos trabalhadores chineses.

Andrade Corvo, que se preocupava com o problema da emigração em geral, acabou por ordenar ao Governador de Macau, por portaria de 20 de Dezembro de 1873, para suprimir a emigração de chineses pelo porto de Macau. O sistema havia sido inventado pelo famoso

esclavagista Julián Zulueta, mais tarde marquês de Alava, para suprir a falta de mão-de-obra nas suas ricas plantações de açúcar em Cuba, após a supressão naquela ilha do tráfico de escravos. Alguns críticos de Eça censuraram-no por não ter proposto a supressão da emigração dos chineses via Macau insinuando que ele beneficiava do sistema através dos emolumentos consulares que recebia. Se é certo que lucrou com esses emolumentos, vantagem que nunca ocultou, a verdade é que a crítica tem pouca consistência visto que Eça

não pretendia permanecer mais tempo em Havana. Para escapar a um novo Verão, recorreu, com efeito, aos seus amigos em Lisboa, que obtiveram de Andrade Corvo a concessão de uma nova licença de férias a partir da Primavera de 1874, que lhe foi concedida.

Partindo para Lisboa na segunda semana de Maio, chegou à capital em princípios de Junho; a oito deste mês ficou adido à Direcção Geral dos Consulados, e tudo leva a crer, que, através dos seus influentes amigos, procurou evitar o seu regresso a Havana, almejando uma colocação em posto da Europa. Enquanto aguardava nova colocação, foi-lhe solicitado um relatório sobre a emigração que enviou ao ministro em 9 de Novembro. A 29 desse mês foi nomeado cônsul em Newcastle-on-Tyne, no nordeste da Inglaterra.

Se a sua permanência em Havana – que no todo não chegou a ser de um ano completo – não lhe agradou muito, não só pelo clima como pelo facto de na altura ser uma cidade feia e suja, habitada por gente pouco interessante, exceptuados alguns turistas americanos que lá iam passar o Inverno, Newcastle não o interessou igualmente: o clima invernal era duríssimo e se Havana era feia e tresandava a suor, Newcastle, na sua opinião, era «*uma cidade de tijolo negro, meio afogada em lama, com uma espessa atmosfera de fumo, penetrada de um frio húmido, habitada por 150.000 operários descontentes, mal pagos e azedados e por 50.000 patrões lúgrubos e horriavelmente ricos*». Ao seu amigo socialista Batalha Reis dizia, com a sua habitual ironia: «*Saberás que Newcastle, onde há perto de 100.000 operários, é o centro socialista de Inglaterra. Estou no foco. É desagradável o foco*».

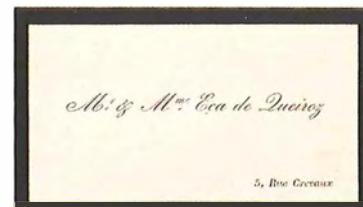
Após cerca de quatro anos de serviço em Newcastle Eça toma posse do consulado em Bristol em 7 de Setembro de 1878 mas, por

motivos vários, foi obrigado a demorar-se em Newcastle até Abril de 1879, vindo a assumir definitivamente a gerência do seu novo posto a partir de 25 de Abril daquele ano. Em Bristol iria desempenhar as suas funções de cônsul durante um pouco mais de oito anos.

Pouco depois de ter assumido as suas funções em Bristol foi passar férias de Verão para Dinan, na Bretanha, estância balnear muito frequentada pelos ingleses e logo em princípios de 1880 visita Portugal em novas férias, que se prolongaram de 2 de Fevereiro a 1 de Junho desse ano. Em Março ou Abril de 1881 parte novamente para Lisboa para se ocupar da publicação de *Os Maias*, operação que se achava muito embrulhada, não sabendo nós quanto tempo desta vez se demorou em Portugal. Logo em Abril do ano seguinte de 1882 encontra-se em férias em Angers e, um ano depois, está em Portugal demorando-se até Julho de 1883, voltando novamente a Angers em Maio de 1884. Em Agosto desse ano torna a voltar a Portugal, iniciando umas longas férias que se iriam prolongar até Maio de 1885.

A 2 de Novembro desse mesmo ano obtém nova licença para se ocupar agora dos preparativos do seu próximo casamento com Emília Rezende, que veio a ter lugar em 10 de Fevereiro de 1886. O casal, após uma viagem de núpcias por Madrid e Paris, chegou a Bristol em meados de Março. No final desse ano Eça obteve, mais uma vez, uma nova licença para passar o Natal em Portugal e satisfazer o desejo da sua mulher, agora grávida, de ter a sua primeira criança em solo português. O casal só regressou a Bristol em meados de Maio de 1887.

Era evidente que Emília não gostava nada de viver em Bristol, por isso ao partirem para Portugal haviam largado a casa em que viviam naquela cidade, instalando-se no



ros Gomes, grande amigo de Oliveira Martins, em quem Eça se apoiou logo, naturalmente, para realizar o seu sonho. Em 15 de Agosto de 1888, tendo-lhe constado que a saída de Faria de Paris estava eminente, escreveu a Oliveira Martins: *«Tu conheces-me e sabes que, nem por todos os tesouros e bens do Universo, eu consentiria a dar um passo, soltar uma sílaba ou rabiscar uma vírgula – para deslocar um homem que está tranquilamente colocado. Mas, se o lugar que esse homem ocupa, fica, por circunstâncias que me sejam alheias, vago – nada honestamente me impede que eu peça para o ocupar. Ora Paris, como sabes também, tem sido o meu sonho. Os motivos que me fazem desejar Paris são tão compreensíveis que nem a eles aludo. Os motivos que o governo teria em me mandar para Paris são também óbvios. O pouco que eu valho poderia ser de alguma utilidade para o país, estando eu em Paris; em Bristol é que lhe não sou de utilidade nenhuma porque carimbar manifestos de cartão tanto o pode fazer um garçon de bureau como eu. Em Paris as minhas imediatas relações de literatura e de imprensa não seriam talvez de pequena valia».*

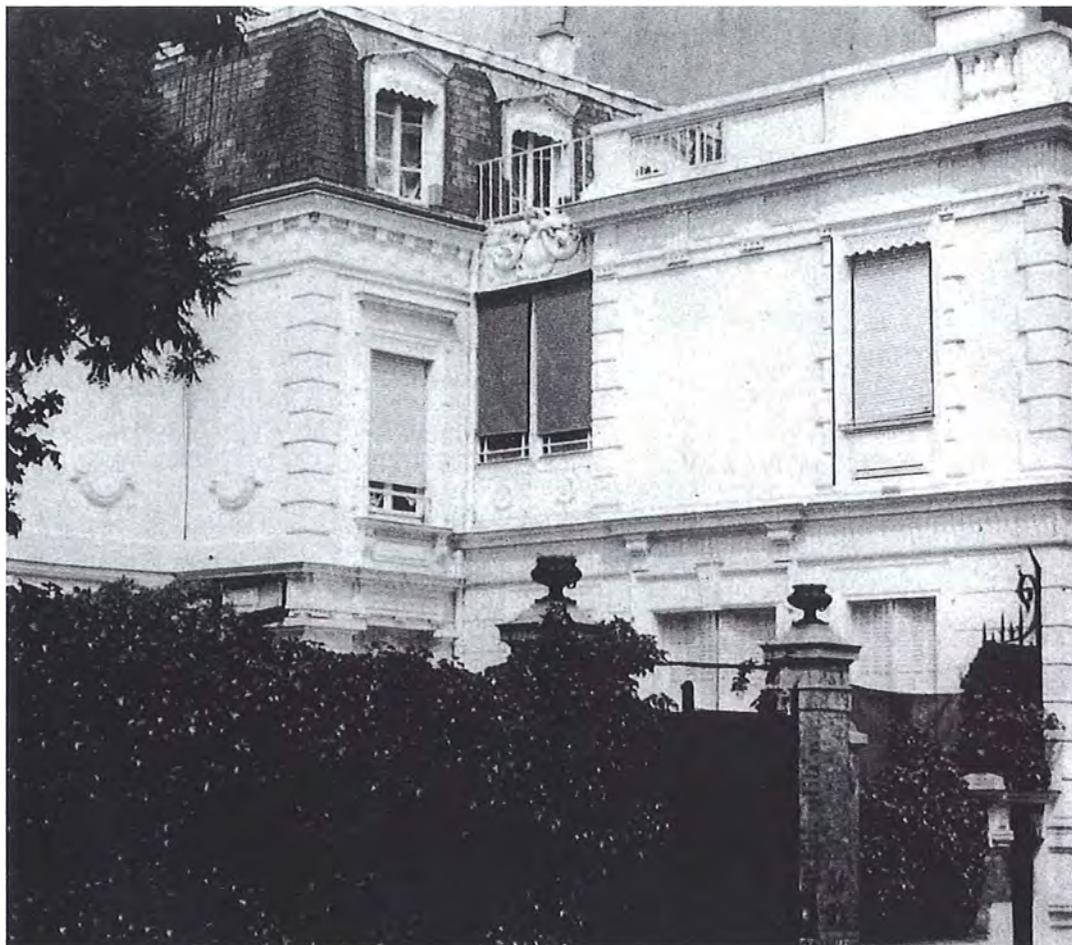
Era então ministro de Portugal em Paris o conde de Valbom, Joaquim Tomás Lobo de Ávila, homem de grande relevo político, pai de Carlos Lobo de Ávila, um dos «Vencidos da Vida» e grande amigo de Eça. Entre a família Valbom e a família Faria criou-se uma situação de grande atrito que iria gerar a saída de Faria de Paris. O visconde de Faria era casado com D. Maria do Ó Barreiros Arrobas Portugal da Silveira de Barros e Vasconcelos, neta do famoso pintor José António de Faria e Barros, mais conhecido por Morgado de Setúbal, e sobrinha e afilhada do influente político conselheiro Arrobas. Esta senhora, de altivez excessiva e grande ambição social, mantinha um brilhante salão, frequentado pela alta

sociedade francesa e internacional que, naquela época, afluía a Paris. Uma das suas filhas esteve noiva de um dos arquiducos de Áustria e outra casara com um milionário argentino. A proeminência social do cônsul-geral em Paris tornava difícil as relações com os sucessivos ministros naquela capital, alguns dos quais perderam o seu lugar em virtude da influência política do casal Faria. O casal Valbom, que tinha também ambições sociais, ao instalar-se em Paris, não tardou muito a entrar em conflito com os Faria. Os condes de Valbom, particularmente a condessa, não escondiam o seu desejo de ver desaparecer da cena parisiense o casal Faria, sobretudo a incómoda e arrogante D. Maria do Ó.

A visita da rainha D. Maria Pia a Paris, no Verão de 1888, forneceu o pretexto para o conde de Valbom propor a transferência do visconde de Faria. Quando se aguardava a chegada da rainha numa das gares de Paris, a viscondessa, arrastando o marido, tomou a dianteira a todos os presentes, incluindo o embaixador de Itália que, por ordem do rei Umberto, fora cumprimentar a rainha sua irmã, instalando-se sem cerimónia, na carruagem que deveria transportar a rainha. Os condes de Valbom não estavam presentes pois tinham ido a Marselha assistir ao desembarque de Maria Pia, mas, de volta a Paris tiveram conhecimento do acontecido e do protesto do embaixador italiano. Valbom telegrafou logo a Barros Gomes propondo a transferência imediata de Faria, tendo o ministro concordado, nomeando Eça para Paris em 28 de Agosto e Faria para o substituir em Bristol.

Ao ter conhecimento da sua transferência, o visconde de Faria, a coberto de uma licença que lhe tinha sido concedida muito antes, partiu logo para Lisboa para tentar anular ou sustar essa transferência. Valbom, receando

Residência de Eça na Rue Charles Laffitte, 32, Paris.



que ele, devido à sua influência política, pudesse conseguir algum resultado com as suas diligências, chamou logo Eça pelo telegrafo para se apresentar imediatamente em Paris e assumir a gerência do consulado. Faria entregara, porém, os arquivos e as chaves do consulado a sua mulher e quando Eça, acompanhado de um secretário da legação, tentou que esta lhe entregasse o consulado, foi recebido com sete pedras na mão pela altiva viscondessa. O episódio, um tanto picaresco, provocou a fúria de Valbom que, sem aguar-

dar instruções de Lisboa, recorreu à intervenção das autoridades francesas, que enviando um inspector da polícia, levaram a viscondessa a, relutantemente, entregar o consulado a Eça de Queirós.

Tudo isto foi objecto, naturalmente, de comentários irónicos de Eça em correspondência oficial e privada. Ele não foi responsável pelo escândalo, agindo apenas a mando do ministro Valbom, seu superior hierárquico, cujo procedimento foi um tanto precipitado e inconveniente como Barros



Gomes lhe fez notar. Faria procedeu levianamente entregando a guarda do consulado a sua mulher, contra todas as disposições regulamentares. Mas Valbom excedeu-se recorrendo às autoridades francesas numa questão oficial de carácter puramente

interno, causando um inconveniente escândalo público.

Eça de Queirós assumiu a gerência do consulado-geral em Paris em 20 de Setembro de 1888, funções que desempenhou durante cerca de doze anos até à data da sua morte.

Eça, nos últimos tempos, com o Conde da Caparica e Sousa Rosa.

No final de Fevereiro de 1889, retomando a sua prática de constantes férias, Eça e a família partiram para Portugal onde se demoraram até finais do mês de Maio. Logo em Março de 1890 Eça volta a Portugal desta vez para se ocupar da herança da sua sogra, falecida a 19 de Janeiro desse ano. Só regressou a Paris por volta do mês de Julho.

Em Paris, Eça e a família haviam-se instalado provisoriamente num apartamento na rua Crèveaux, em Passy, e só na Primavera de 1891 se instalaram na primeira moradia que ocuparam em Neuilly, sendo mais tarde obrigados a transferirem-se para uma nova moradia, no mesmo bairro, na avenida du Roule, número 38. A chancelaria do consulado não ficava longe, situada na rua de Berri, número 16, junto aos Campos Elíseos, transferida depois para o número 36 da mesma rua.

Quando justificava junto de Oliveira Martins a conveniência que o governo teria em colocá-lo no consulado em Paris, Eça afirmava, como já referimos, que as suas «*imediatas relações de literatura e de imprensa não seriam talvez de pequena valia*». Na verdade, porém, apesar da sua admiração pela literatura francesa, durante os doze anos em que viveu na capital francesa, nunca procurou criar contactos, ligeiros ou íntimos, com os intelectuais franceses. O círculo de amigos que frequentavam as suas duas residências em Neuilly, e em que se sentia à vontade, era estritamente luso-brasileiro. O jornalista Xavier de Carvalho, residente em Paris desde 1878, trabalhando para a revista francesa *L'illustration*, procurou, sem sucesso, introduzi-lo nos meios literários parisienses. Visitando assiduamente o consulado, levou consigo, algumas vezes, escritores franceses que apresentou a Eça como aconteceu com Paul Bonnetain, autor do *Opium* e do *Charlot s'amuse*, Francis Poistevin, Léon Bloy e o próprio Paul

Verlaine. Apesar de, levado por Mariano Pina, outro jornalista português residente em Paris, ter visitado, em tempos, Émile Zola, por quem tinha profunda admiração, não procurou criar quaisquer relações com esta grande figura da literatura francesa e universal, em plena produção literária que, em Médan, junto a Villenne-sur-Seine, não longe de Paris, mantinha um salão literário.

Como se desempenhou Eça de Queirós das suas funções propriamente consulares?

A sua assiduidade ao serviço nunca foi uma das suas qualidades. Segundo os testemunhos de que dispomos, em Paris, aparecia na chancelaria apenas a partir das duas horas da tarde. Depois de algumas horas de trabalho, ia flunar pelos cais do Sena vasculhando os alfarrabistas. Mas era cuidadoso no despacho do expediente consular que exercia sem exageros burocráticos, atendendo sempre com paciência e cortesia os visitantes.

O que decerto surpreende aqueles que procuram seguir de perto o seu comportamento de funcionário consular, são as suas repetidas e prolongadas ausências do seu posto que já tivemos ocasião de assinalar. Quando se encontrava em Havana já vimos que se ausentou em férias por mais de cinco meses. Em Newcastle e Bristol ausentou-se frequentemente em férias que se prolongaram, por vezes, por três ou sete meses. Em Paris o hábito de prolongadas e repetidas férias voltou a manifestar-se, chegando, em 1895, a passar quase um ano inteiro em Portugal: de Fevereiro desse ano, a Janeiro de 1896.

Como explicar estas repetidas e demoradas ausências do seu posto, perante as normas regulamentares vigentes? A lei orgânica do ministério dos Negócios Estrangeiros de 18 de Dezembro de 1869, embora um tanto vaga em matéria de férias dos cônsules, não auto-

rizava tanta largueza em matéria de ausência de postos.

Parece óbvio que a explicação desta situação anómala, a coberto de licenças magnânimas, se deverá encontrar no facto de, no período em que Eça exerceu funções consulares, terem ocupado a pasta dos Negócios Estrangeiros diversas personalidades que ou eram seus amigos pessoais ou amigos dos seus amigos mais chegados, especialmente de Ramalho Ortigão e de Oliveira Martins. Até 1878 Eça beneficiou da protecção de Andrade Corvo que foi, aliás, quem o admitiu na carreira consular. Quanto aos ministros progressistas não se poderá esquecer que José Luciano de Castro, o chefe do partido, era um velho amigo de seu pai e aquele ministro progressista com quem teve mais que lidar, Henrique Barros Gomes, era um amigo muito chegado de Oliveira Martins. Entre outros ministros que ocuparam a pasta por pouco tempo, contavam-se três dos seus grandes amigos: Luís de Soveral, um dos «Vencidos da Vida»; conde de Valbom, que foi ministro em Paris e foi, como vimos, quem forçou a sua posse rápida do consulado em Paris; e Carlos Lobo de Ávila, seu filho, outro «Vencido da Vida», que foi quem autorizou as suas longas férias em Portugal de 1895 a 1896.

Não oferece dúvida, igualmente, que a celebridade literária de Eça tornava-o uma figura à parte no conjunto dos cônsules burocratas seus colegas e este facto não deixou certamente de influir na benevolência com que os seus repetidos pedidos de licença foram atendidos pelos sucessivos ministros, que conheciam bem as relações íntimas que ele tinha com homens como Ramalho e Oliveira Martins, que desfrutavam de uma posição dominante na crónica da vida política portuguesa.

Eça sentia-se bem na sua dupla posição de cônsul e escritor consagrado e não aspirava a mais nada na carreira oficial que tinha abraçado. Conhecendo o seu vago desejo de visitar o Brasil e vagando a legação portuguesa no Rio de Janeiro, Eduardo Prado, o seu grande amigo brasileiro, frequentador assíduo da sua casa em Neuilly, num dos seus rasgos de entusiasmo, decidiu sugerir ao conde de Arnoso, secretário do rei, com o apoio do então ministro em Paris, Tomás de Sousa Rosa, que Eça fosse designado ministro no Rio. Isto passou-se no Verão de 1898, quando Eça tinha perfeita consciência do estado precário da sua saúde, que, dia-a-dia, se agravava. Ao ter conhecimento da diligência de Eduardo Prado, ficou aterrado com a perspectiva de ter de suportar o clima do Rio, e ir envolver-se no turbilhão da vida diplomática e literária brasileira, abandonando a tranquilidade de que gozava em Neuilly, e escreveu logo a Bernardo Arnoso, travando qualquer hipótese de uma tal nomeação.

Tudo o que dissemos se acha resumido nas seguintes palavras que Alberto Oliveira, outro notável diplomata e escritor, escreveu num belíssimo ensaio sobre Eça, que conheceu bem e muito admirava: «*Eça de Queiroz adquiriu muito cedo uma posição social que lhe permitia abeirar-se de todas as tentações com que se desnorteiam os homens: nenhuma o atingiu. Ajudado pelos múltiplos dotes que o ornavam, homem do mundo e inteligência sagacíssima que a um tempo era, tendo na sua ironia uma poderosa arma de ataque e de defesa, dispondo de relações amplíssimas, podia ter sido tudo o que lhe apetecesse na corte, na diplomacia, até na política. Não quis ser mais nada senão um escritor libérrimo, e não aceitou, para amparar a sua existência material, outra coisa além da muleta modesta de um consulado*».